

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.349.501	1.426.586
1.01	Ativo Circulante	117.953	186.446
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.231	118.893
1.01.03	Contas a Receber	57.016	58.386
1.01.03.01	Clientes	57.016	58.386
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	55.327	56.907
1.01.03.01.02	Contas a Receber partes relacionadas	1.689	1.479
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.272	2.413
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.656	3.174
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.778	3.580
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.778	3.580
1.01.08.01.01	Pagamentos antecipados relacionados à Concessão	3.297	3.297
1.01.08.01.02	Outros Créditos	375	262
1.01.08.01.03	Adiantamento a fornecedores	106	21
1.02	Ativo Não Circulante	1.231.548	1.240.140
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	235.979	220.042
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	196.862	184.498
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	196.862	184.498
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.519	1.399
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.519	1.399
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	37.598	34.145
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.355	1.437
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	20	0
1.02.01.09.05	Outros créditos	50	50
1.02.01.09.06	Contas a receber - com operações de derivativos	36.173	32.658
1.02.03	Imobilizado	49.216	55.921
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	44.414	46.885
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.802	9.036
1.02.04	Intangível	946.353	964.177
1.02.04.01	Intangíveis	946.353	964.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.349.501	1.426.586
2.01	Passivo Circulante	309.050	487.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.540	9.122
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.134	1.118
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.406	8.004
2.01.02	Fornecedores	12.306	16.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.240	16.877
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	66	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.970	55.884
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.558	51.028
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	27.647	46.684
2.01.03.01.02	Outros impostos e contribuições a recolher	3.911	4.344
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.412	4.856
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.412	4.856
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.240	291.635
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	105.555	104.806
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10	68
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	105.545	104.738
2.01.04.02	Debêntures	47.685	186.829
2.01.05	Outras Obrigações	46.752	57.469
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.545	2.847
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.545	2.847
2.01.05.02	Outros	44.207	54.622
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.286	1.329
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7.778	6.066
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	34.449	46.301
2.01.05.02.07	Mutuos - partes relacionadas	694	926
2.01.06	Provisões	51.242	56.212
2.01.06.02	Outras Provisões	51.242	56.212
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	51.242	56.212
2.02	Passivo Não Circulante	715.378	702.929
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.246	586.266
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	149.194	148.092
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	149.194	148.092
2.02.01.02	Debêntures	450.052	438.174
2.02.02	Outras Obrigações	66.222	64.676
2.02.02.02	Outros	66.222	64.676
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.05	Contas a pagar com Operações de Derivativos	24.684	23.256
2.02.02.02.06	Mutuos - partes relacionadas	39.814	39.622
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	0	74
2.02.03	Tributos Diferidos	42.355	37.667
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.355	37.667
2.02.04	Provisões	7.555	14.320
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.555	7.090
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	7.555	7.090

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.02	Outras Provisões	0	7.230
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	0	7.230
2.03	Patrimônio Líquido	325.073	236.348
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	28.043	93.908
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	154.625	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	259.242	512.381	230.394	463.560
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-104.127	-207.752	-87.064	-176.068
3.02.01	Custo de Construção	-18.269	-39.708	-12.678	-27.656
3.02.02	Provisão de manutenção	-5.016	-9.467	-6.215	-11.733
3.02.03	Depreciação e Amortização	-36.500	-68.162	-31.461	-59.975
3.02.04	Custo de Outorga	-15.117	-30.127	-14.340	-28.684
3.02.05	Serviços	-14.574	-31.597	-10.442	-21.410
3.02.06	Custo com Pessoal	-10.286	-20.046	-9.200	-18.528
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.530	-4.994	-2.205	-4.272
3.02.08	Outros	-1.835	-3.651	-523	-3.810
3.03	Resultado Bruto	155.115	304.629	143.330	287.492
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.182	-31.005	-15.200	-26.923
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.038	-30.094	-15.827	-27.743
3.04.02.01	Serviços	-7.182	-13.569	-6.572	-12.757
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-571	-1.136	-754	-1.501
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-5.258	-9.104	-3.661	-7.256
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-219	-408	-166	-355
3.04.02.05	Outros	-2.808	-5.877	-4.674	-5.874
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	417	708	650	880
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.561	-1.619	-23	-60
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.933	273.624	128.130	260.569
3.06	Resultado Financeiro	-17.142	-40.165	-26.492	-62.969
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	120.791	233.459	101.638	197.600
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.724	-78.834	-34.152	-66.739
3.08.01	Corrente	-40.112	-74.146	-45.581	-90.859
3.08.02	Diferido	-612	-4.688	11.429	24.120
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.067	154.625	67.486	130.861
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	80.067	154.625	67.486	130.861

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00546	0,01054	0,00460	0,00892
3.99.01.02	PN	0,00600	0,01159	0,00506	0,00981
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00546	0,01054	0,00460	0,00892
3.99.02.02	PN	0,00600	0,01159	0,00506	0,00981

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	80.067	154.625	67.486	130.861
4.03	Resultado Abrangente do Período	80.067	154.625	67.486	130.861

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/06/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	226.365	215.535
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	290.174	252.904
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	154.625	130.861
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.688	-24.120
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	1.648	1.648
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	61.020	53.678
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	8.278	7.798
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado	1.619	61
6.01.01.07	Variação Cambial s/Empréstimos, Financiamento	2.420	-51.217
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures e Financiamentos	33.348	46.551
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-4.257	-4.427
6.01.01.14	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-19	-45
6.01.01.15	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.921	2.371
6.01.01.16	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	9.467	11.733
6.01.01.17	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	2.582	2.628
6.01.01.19	Resultado de operações com derivativos	10.475	72.584
6.01.01.20	Juros sobre mútuos	2.359	2.800
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.809	-37.369
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	1.599	-134
6.01.02.02	Contas a receber - Partes Relacionadas	-330	2.071
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-3.879	896
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outros créditos	-14.012	-11.432
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	1.402	988
6.01.02.07	Fornecedores	-4.681	-7.914
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-302	1.122
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	418	-939
6.01.02.10	Imp. e contr. a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	71.144	85.704
6.01.02.11	Liquidação de provisão de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.456	-678
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	-43	-116
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-24.249	-2.077
6.01.02.14	Outras contas a pagar	1.638	1.208
6.01.02.15	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-91.058	-106.068
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.131	-29.658
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-2.634	-2.765
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-39.497	-26.893
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-253.896	-227.177
6.03.01	Resgates/aplicações (com reserva)	0	-4
6.03.02	Cessão onerosa - pagamento de juros	-2.399	-2.800
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-21.495	-17.618
6.03.04	Financiamentos e Debêntures - captações	0	184.000
6.03.05	Financiamentos e Debêntures - custo de transação incorrido	-101	0
6.03.06	Financiamentos e Debêntures - pagamentos principal	-146.287	-146.293
6.03.07	Financiamentos e Debêntures - pagamentos de juros	-17.714	-38.099

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03.11	Distribuição de dividendos e JCP	-65.900	-206.363
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-69.662	-41.300
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	118.893	59.161
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.231	17.861

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-65.900	0	0	-65.900
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.900	0	0	-65.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.625	0	154.625
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.625	0	154.625
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	28.043	154.625	0	325.073

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130.861	0	130.861
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.861	0	130.861
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	130.861	0	301.254

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	557.731	508.971
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	553.474	504.544
7.01.02	Outras Receitas	4.257	4.427
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-109.416	-86.308
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-39.074	-28.053
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.167	-18.866
7.02.04	Outros	-49.175	-39.389
7.02.04.01	Provisão de Manutenção	-9.467	-11.733
7.02.04.02	Custo de Construção	-39.708	-27.656
7.03	Valor Adicionado Bruto	448.315	422.663
7.04	Retenções	-69.298	-61.476
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69.298	-61.476
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	379.017	361.187
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.635	105.899
7.06.02	Receitas Financeiras	38.635	105.899
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	417.652	467.086
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	417.652	467.086
7.08.01	Pessoal	26.169	22.856
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.487	15.416
7.08.01.02	Benefícios	6.355	6.158
7.08.01.03	F.G.T.S.	892	876
7.08.01.04	Outros	435	406
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	123.862	111.898
7.08.02.01	Federais	100.999	87.901
7.08.02.02	Estaduais	148	140
7.08.02.03	Municipais	22.715	23.857
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	112.996	201.471
7.08.03.01	Juros	82.251	172.187
7.08.03.02	Aluguéis	618	600
7.08.03.03	Outras	30.127	28.684
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.625	130.861
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	154.625	130.861

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 2º trimestre 2017

As informações financeiras e operacionais descritas abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T16.

Principais Destaques

- A Receita líquida operacional alcançou R\$ 241,0 milhões (+10,7%);
- O Lucro líquido atingiu R\$ 80,1 milhões (+18,7%);
- O EBIT atingiu R\$ 137,9 milhões (+7,7%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 180,8 milhões (+8,0%).

Indicadores [R\$ MM]	2ºT17	2ºT16	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	241,0	217,7	10,7%
EBIT	137,9	128,1	7,7%
Margem EBIT Ajustada	57,2%	58,8%	-1,6 p.p
EBITDA Ajustado	180,8	167,4	8,0%
Margem EBITDA Ajustada	75,0%	77,0%	-2,0 p.p
Lucro Líquido	80,1	67,5	18,7%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	2ºT17	2ºT16	Var. %
Veículos Equivalentes	30.233.186	30.154.892	0,3%
Veículos Leves (Eq)	17.333.563	17.097.810	1,4%
Veículos Pesados (Eq)	12.899.624	13.057.083	-1,2%

1 - Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+0,3%)

O Tráfego consolidado do 2T17 registrou crescimento de 0,3% em relação ao 2T16, com efeito calendário de -1,0% sobre o ano anterior. O efeito calendário negativo em 2017 deve-se a sazonalidade do Feriado de Páscoa, que em 2016 foi no 1T; a sazonalidade do Feriado do dia do Trabalho e três eventos atípicos em 2017: Greve Geral em 28/04, Acidente com produto Perigoso no RodoAnel Sul em 06/06 e Greve Geral em 30/06.

Comentário do Desempenho

Veículos de Passeio (+1,4%)

O 2T17 teve crescimento de 1,4% sobre o mesmo período do ano anterior, com efeito calendário nulo. O tráfego pendular e de longa distância registraram crescimento notadamente nas praças de pista Oeste.

Veículos Comerciais (-1,2%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T17 foi 1,2% menor comparada ao 2T16, com efeito calendário de -2,2%. Apesar da recuperação registrada em maio e junho, o resultado ainda é impactado pela retração das vendas do varejo e do mercado de trabalho (transporte fretado de passageiros).

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita bruta operacional [R\$ mil]	2ºT17	2ºT16	Var. %
Receita de pedágio	256.627	234.818	9,3%
Receitas acessórias	3.752	3.426	9,5%
Receita bruta operacional	260.379	238.244	9,3%

Receita bruta de construção [R\$ mil]	2ºT17	2ºT16	Var. %
Total	18.269	12.678	44,1%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os valores de investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste trimestre as principais obras realizadas foram: Rodovia Raposo Tavares – SP 270, duplicação km 63+000 ao km 67+000; Rodovia Presidente Castello Branco – SP 280, intervenções entre os km 33 ao km 79+380 referentes a recuperação do pavimento flexível.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 2T17 teve um crescimento de 10,7% em relação ao 2T16, influenciado principalmente pelo reajuste tarifário ocorrido em 01 de julho de 2016.

Comentário do Desempenho

A Receita Líquida Operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade destes é de 8,65% sobre a receita de pedágio.

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	2ºT17	2ºT16	Var.%
Custo de Construção	18.269	12.678	44,1%
Provisão de Manutenção	5.016	6.215	-19,3%
Depreciação e Amortização	37.071	32.215	15,1%
Custos da Outorga	15.117	14.340	5,4%
Serviços de Terceiros	21.756	17.014	27,9%
Custo com pessoal	15.544	12.861	20,9%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.749	2.371	15,9%
Outros	4.643	5.197	-10,7%
Custos e Despesas	120.165	102.891	16,8%

O custo total da concessionária aumentou R\$ 17.274 milhões no 2T17, quando comparado ao mesmo período de 2016. As principais alterações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: O aumento de 44,1% no 2T17, comparado com o 2T16, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares, realizados conforme cronograma de contratos e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Neste trimestre houve uma redução de 19,3%, em comparação com o 2T16, cujo motivo, está associado à provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de Terceiros: Despesas com prestação de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial das rodovias, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais pontes, viadutos e túneis e obras de arte correntes (drenagem). No 2T17 houve um aumento de 27,9% em relação ao 2T16, reflexo principalmente de acréscimos de custo direto realizado no período.

Comentário do Desempenho

Custos com Pessoal: No 2T17 houve um aumento de R\$ 2.683 mil em relação ao mesmo período de 2016, em função do dissídio ocorrido em abril/2017.

Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros: Houve aumento de 15,9% nos custos do 2T17 em relação ao 2T16, impactados principalmente pelo aumento nos gastos com materiais para manutenção e conservação.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	2ºT17	2ºT16	Var.%
Lucro Líquido	80,1	67,5	18,7%
(+) IR/CS	40,7	34,2	19,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	17,1	26,5	-35,3%
(+) Depreciação e Amortização	37,1	32,2	15,2%
EBITDA (a)	175,0	160,5	9,0%
Margem EBITDA (a)	67,5%	69,7%	-2,2 p.p
(+) Despesas antecipadas (b)	0,8	0,8	0,0%
(+) Provisão de manutenção (c)	5,0	6,2	-19,4%
EBITDA Ajustado	180,8	167,4	8,0%
Margem EBITDA Ajustada (d)	75,0%	77,0%	-2,0 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica.

(d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	2ºT17	2ºT16	Var.%
Lucro Líquido	80,1	67,5	18,7%
(+) IR/CS	40,7	34,2	19,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	17,1	26,5	-35,3%
EBIT (a)	137,9	128,1	7,7%
Margem EBIT (a)	53,2%	55,6%	-2,4 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	57,2%	58,8%	-1,6 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2ºT17	2ºT16	Var. %
Despesas Financeiras	(29,9)	(85,3)	-64,9%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(28,2)	(83,2)	-66,1%
Taxas, Comissões e Outros	(0,6)	(0,6)	-9,7%
Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manut.	(1,1)	(1,4)	-20,1%
Receitas Financeiras	12,8	58,8	-78,3%
Rendimento sobre aplicações Financ	1,4	1,6	-13,7%
Outras receitas financeiras	11,4	57,2	-80,1%
Resultado Financeiro	(17,1)	(26,5)	-35,3%

O Resultado Financeiro do 2T17 está 35,3% inferior ao 2T16, em virtude de menor perda com operações de derivativos.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, assim como na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2ºT17	2ºT16	Var. %
Total de acidentes	840	832	1,0%
Total de vítimas	713	621	14,8%

O resultado do 2ºT17 apresentou aumento de 1% na quantidade de acidentes. Apesar do aumento de 14,8% no número de vítimas, houve uma redução no nível de gravidade onde foi constatado redução de 44,4% no número de vítimas fatais, isso se deve ao trabalho da CCR ViaOeste no aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Polícia Militar Rodoviária, monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de tráfego, intensificação de campanhas educativas e ações de engenharia.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

Comentário do Desempenho

Caminhos para a Cidadania: Conjunto de ações de caráter educacional que visa consolidar conceitos de Educação para o Trânsito, Cidadania e Meio Ambiente, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, para os alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, em 17 cidades no entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste.

Estrada para Saúde: Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Karatequina: O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Projeto Sacolona – O Sacolona é um projeto socioambiental que transforma lonas e banners que seriam descartados, em criativos produtos ecologicamente corretos, revertendo lixo em um negócio rentável. Em parceria com uma Associação de Costureiras de Santana de Parnaíba, as lonas e banners são doados e a associação idealiza os produtos e viabiliza a confecção dos itens (corte e costura, comercialização e administração do negócio).

Rugby Cidadania - Apoio ao projeto de Rugby desenvolvido pelo Corinthians-Barueri Rugby em parceria com o Grêmio Recreativo de Barueri (GRB), órgão ligado à Secretaria de Esportes municipal. São desenvolvidas atividades com jovens segmentados em times masculinos e femininos, nas categorias M12, M14, M16 e M18.

Lacre Solidário - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais e secretarias de educação.

Teatro a Bordo – O Teatro a Bordo é o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações gratuitas de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco que viaja por todo o país. As apresentações são realizadas em praças e espaços

Comentário do Desempenho

públicos, com acesso gratuito e irrestrito da população, abrindo suas cortinas também para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local.

A culpa é de quem? - É um espetáculo teatral infanto-juvenil que propõe o diálogo entre o mundo real e o virtual equilibrando o uso da tecnologia com as relações interpessoais sem prejuízos para nenhum deles. Realizado nos 17 municípios limieiros do Sistema Castello-Raposo.

Pintura Solidária - São realizadas oficinas de pintura gratuitas em equipamentos públicos municipais, de acordo com a indicação do Fundo Social Municipal. O objetivo da ação é incentivar e ampliar o acesso à cultura. São Roque e Alumínio.

No compasso das Cores - Apresentação de música instrumental e oficinas de pintura em praças públicas, tendo como objetivo, a inclusão cultural e ampliação de acesso à cultura. Cotia.

Música e Cidadania - O Projeto Música e Cidadania disponibiliza aulas de diversos instrumentos musicais que compõem uma Banda Sinfônica. O projeto é direcionado à comunidade carente e visa atender 250 crianças e adolescentes e tem como objetivo promover a cidadania dos alunos.

Buzum - Teatro de bonecos adaptado em um ônibus, leva espetáculos infantis e jovens para 17 municípios do sistema Castello-Raposo. O espetáculo “Mamulengo” explora o universo da cultura popular de Pernambuco! Joana, uma esperta garota que adora o carnaval, parte rumo a uma aventura para salvar seu amigo João, que caiu num poço. Com a ajuda de um falante papagaio, Joana passa por blocos de Caboclinho, Maracatu, Bumba meu boi e frevo. O espetáculo é uma divertida e emocionante descoberta da cultura popular brasileira!

Ler é uma Viagem - A Sessão de Leitura Pública com Música ao Vivo é uma performance e uma oficina ao mesmo tempo. Começando, já do lado de fora da sala de apresentação, o público é convidado a interagir com os personagens Dom Quixote e Sancho Pança num jogo de cartas. Explorando técnicas do jogo teatral, processos de mediação de leitura e escrita criativa, esta oficina-performance para educadores e gestores da rede pública de ensino tem o intuito de inspirar práticas leitoras em escolas, bibliotecas e outros espaços culturais.

Comentário do Desempenho

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) para o semestre findo em 30 de junho de 2017

Os saldos apresentados em Reais neste ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o semestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, exceto o divulgado abaixo:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre os contratos das

Notas Explicativas

ações conexas.

(ii) Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a ViaOeste propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A ViaOeste opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A ViaOeste interpôs recursos especial e extraordinário, em 19 de dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos. Dessa decisão, em 28 de junho de 2017, a ViaOeste interpôs agravos em recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 09 de agosto de 2017.

3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 191.097 (R\$ 300.863 em 31 de dezembro de 2016), substancialmente composto por debêntures e empréstimos, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	2.921	3.721
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>46.310</u>	<u>115.172</u>
	<u>49.231</u>	<u>118.893</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 103,80% do CDI, equivalente a 12,29% ao ano (13,78% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	54.736	56.369
Receitas acessórias (b)	<u>618</u>	<u>584</u>
	55.354	56.953
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(27)</u>	<u>(46)</u>
	<u>55.327</u>	<u>56.907</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a vencer	55.299	56.890
Créditos vencidos até 60 dias	17	17
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	11	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>27</u>	<u>46</u>
	<u>55.354</u>	<u>56.953</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/04/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/04/2016 a</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/06/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	120.791	233.459	101.638	197.600
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(41.069)	(79.376)	(34.557)	(67.184)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(66)	(128)	(55)	(76)
Despesas indedutíveis	(283)	(413)	(206)	(270)
Incentivo relativo ao imposto de renda	912	1.351	758	921
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(170)	(222)	(103)	(143)
Outros ajustes tributários	<u>(48)</u>	<u>(46)</u>	<u>11</u>	<u>13</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(40.724)</u>	<u>(78.834)</u>	<u>(34.152)</u>	<u>(66.739)</u>
Impostos correntes	(40.112)	(74.146)	(45.581)	(90.859)
Impostos diferidos	<u>(612)</u>	<u>(4.688)</u>	<u>11.429</u>	<u>24.120</u>
	<u>(40.724)</u>	<u>(78.834)</u>	<u>(34.152)</u>	<u>(66.739)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,71%</u>	<u>33,77%</u>	<u>33,60%</u>	<u>33,77%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	55.415	63.017
Provisão para participação nos resultados (PLR)	482	1.001
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	2.568	2.410
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	16
Valor justo de operações com derivativos	9.177	7.786
Perdas em operações com derivativos	8.765	11.737
Outros	<u>1.416</u>	<u>1.559</u>
	<u>77.832</u>	<u>87.526</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(92.840)	(99.228)
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	(8.208)	(6.043)
Variação Cambial	(16.851)	(17.675)
Outros	<u>(2.288)</u>	<u>(2.247)</u>
	<u>(120.187)</u>	<u>(125.193)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(42.355)</u>	<u>(37.667)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do RTT).

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)	
	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	3.297	3.297

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Não Circulante	14.837	16.485	182.025	168.013	196.862	184.498

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações					
	01/04/2017 a 30/06/2017			01/01/2017 a 30/06/2017		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras
Controladora						
CCR S.A.	-	3.104 (a)	694 (c)	-	6.208 (a)	694 (c)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	5.812 (f)	-	-	13.301 (f)	-
Rodoanel Oeste	-	-	372 (c)	-	-	1.665 (c)
Samm	738 (d)	-	-	1.473 (d)	-	-
Total, 30 de junho de 2017	<u>738</u>	<u>8.916</u>	<u>1.066</u>	<u>1.473</u>	<u>19.509</u>	<u>2.359</u>
Total, 30 de junho de 2016				<u>1.359</u>	<u>13.673</u>	<u>2.800</u>

	30/06/2017			
	Saldos			
	Ativo	Passivo		
	Contas a receber	AFAC	Cessão one rosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR S.A.	-	1.724 (b)	40.508 (c)	971 (a)
Outras partes relacionadas				
CPC	14 (e)	-	-	1.513 (f)
Rodoanel Oeste	50 (e)	-	-	42 (e)
Samm	2.942 (d)	-	-	-
SPVias	-	-	-	1 (e)
BH Airport	202 (e)	-	-	17 (e)
Serveng Cilvilsan	-	-	-	1
Total circulante, 30 de junho de 2017	<u>1.689</u>	<u>-</u>	<u>694</u>	<u>2.545</u>
Total não circulante, 30 de junho de 2017	<u>1.519</u>	<u>1.724</u>	<u>39.814</u>	<u>-</u>
Total, 30 de junho de 2017	<u>3.208</u>	<u>1.724</u>	<u>40.508</u>	<u>2.545</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>2.878</u>	<u>1.724</u>	<u>40.548</u>	<u>2.847</u>

Notas Explicativas

Despesas com profissionais chave da Administração

	<u>01/04/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/04/2016 a</u> <u>30/06/2016</u>	<u>01/01/2016 a</u> <u>30/06/2016</u>
remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	563	973	449	851
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	207	415	161	323
Complemento de PPR pago no ano	471	471	-	248
Previdência privada	29	54	21	44
Seguro de vida	1	2	1	2
	<u>1.271</u>	<u>1.915</u>	<u>632</u>	<u>1.468</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração dos administradores (g)	656	821

Na AGO realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o Rodoanel Oeste cedeu a cessão para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% ao ano.
- (d) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2016		30/06/2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.106	-	(23)	13	4.096
Máquinas e equipamentos	36.041	-	(289)	860	36.612
Veículos	9.923	-	(187)	1.956	11.692
Instalações e edificações	5.122	-	-	-	5.122
Equipamentos operacionais	79.296	-	(262)	2.272	81.306
Imobilizado em andamento	9.036	2.893	(1.532)	(5.595)	4.802
	<u>143.524</u>	<u>2.893</u>	<u>(2.293)</u>	<u>(494)</u>	<u>143.630</u>
	31/12/2015		30/06/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2016	<u>136.808</u>	<u>2.883</u>	<u>(2.724)</u>	<u>(2.116)</u>	<u>134.851</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		30/06/2017		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.721)	(167)	21	(2.867)	
Máquinas e equipamentos	13	(22.066)	(1.624)	271	(23.419)	
Veículos	22	(6.202)	(1.149)	157	(7.194)	
Instalações e edificações	6	(335)	(11)	-	(346)	
Equipamentos operacionais	16	(56.279)	(4.534)	225	(60.588)	
		<u>(87.603)</u>	<u>(7.485)</u>	<u>674</u>	<u>(94.414)</u>	
		31/12/2015		30/06/2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2016		<u>(75.167)</u>	<u>(7.859)</u>	<u>2.663</u>	<u>1</u>	<u>(80.362)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 259 no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 118 no semestre findo em 30 de junho de 2016). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2017 foi de 0,42% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,64% a.m. no 1º semestre de 2016.

Notas Explicativas

12. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	31/12/2016		30/06/2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.469.206	43.448	-	1.512.654
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.728	47	494	13.269
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio (b)	251.709	-	-	251.709
	<u>1.735.200</u>	<u>43.495</u>	<u>494</u>	<u>1.779.189</u>
	31/12/2015		30/06/2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2016	1.668.565	31.202	2.114	1.701.881

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2016		30/06/2017	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(625.562)	(52.886)	(678.448)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.941)	(646)	(10.587)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.350)	(3)	(1.353)	
Direito da concessão - ágio (b)	(*)	(134.170)	(8.278)	(142.448)	
		<u>(771.023)</u>	<u>(61.813)</u>	<u>(832.836)</u>	
		31/12/2015		30/06/2016	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2016		(660.282)	(53.617)	1	(713.898)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(b) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.998 no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R\$ 4.309 no semestre findo em 30 de junho de 2016). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2017 foi de 0,42% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,64% a.m. no 1º semestre de 2016.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Em moeda nacional				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	10	68 (b)
			10	68
Em moeda estrangeira				
Bank of America NA (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	Outubro de 2017	100.284	100.005 (c)
Banco de Tóquio -Mitsubishi Ufj (a)	LIBOR+2,10% a.a.	Janeiro de 2019	154.455	152.825 (d)
Subtotal em moeda estrangeira			254.739	252.830
Total geral			254.749	252.898
Circulante			105.555	104.806
Não circulante			149.194	148.092

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.

Garantias:

- (b) Garantia real.
(c) Não existem garantias.
(d) Aval / Fiança Corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2017</u>
2019	149.194
	149.194

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste semestre findo em 30 de junho de 2017, não houveram contratações de novas operações e renegociações de operações anteriores.

14. Debêntures

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldo dos custos a apropriar</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	
1. 4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	-	-	Mai de 2017	-	89.359 (d)	
5a. Emissão Série 1	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	12	Setembro de 2017	29.106	87.446 (d)	
5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	658	Setembro de 2019	186.950	180.003 (d)	
6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6244% (b)	3.631	3.265	Novembro de 2021	281.681	268.195 (d)	
Total geral				3.935		497.737	625.003	
Circulante								
Debêntures						48.648	187.849	
Custo de transação						(963)	(1.020)	
						47.685	186.829	
Não Circulante								
Debêntures						453.024	441.543	
Custo de transação						(2.972)	(3.369)	
						450.052	438.174	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são

Notas Explicativas

conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2017</u>
2019	177.781
2021	<u>275.243</u>
	<u><u>453.024</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2016 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste semestre findo em 30 de junho de 2017, ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

1. No dia 29 de maio de 2017, ocorreu a quitação das debêntures da 4ª emissão de série única.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

15. Fornecedores

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	5.677	9.815
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	66	110
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>6.563</u>	<u>7.062</u>
	<u><u>12.306</u></u>	<u><u>16.987</u></u>

- (a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2016</u>			<u>30/06/2017</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	2.289	454	-	178	(30)	2.891
Trabalhistas e previdenciários	4.801	745	(283)	166	(765)	4.664
	<u>7.090</u>	<u>1.199</u>	<u>(283)</u>	<u>344</u>	<u>(795)</u>	<u>7.555</u>
	<u>31/12/2015</u>			<u>30/06/2016</u>		
Movimento em 2016	<u>2.233</u>	<u>1.645</u>	<u>(11)</u>	<u>101</u>	<u>(42)</u>	<u>3.926</u>

A Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 203 e R\$ 458, respectivamente (R\$ 490 e R\$ 146 respectivamente em 30 de junho de 2016).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis e administrativos	1.161	14.420
Trabalhistas	<u>4.147</u>	<u>2.106</u>
	<u>5.308</u>	<u>16.526</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2017 é de R\$ 2.502.

Notas Explicativas

17. Provisão de manutenção

	31/12/2016		30/06/2017			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo Final
Circulante	56.212	16.636	2.643	(24.249)	-	51.242
Não circulante	7.230	(7.169)	(61)	-	-	-
	<u>63.442</u>	<u>9.467</u>	<u>2.582</u>	<u>(24.249)</u>	<u>-</u>	<u>51.242</u>
	31/12/2015		30/06/2016			
Circulante	9.089	4.722	1.198	(2.077)	(714)	12.218
Não circulante	35.073	7.011	1.430	-	714	44.228
	<u>44.162</u>	<u>11.733</u>	<u>2.628</u>	<u>(2.077)</u>	<u>-</u>	<u>56.446</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio líquido

a. Resultado por ação - básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Numerador				
Lucro líquido do período	80.067	154.625	67.486	130.861
De nominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00546	0,01054	0,00460	0,00892
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00600	0,01159	0,00506	0,00981

b. Dividendos

Em 26 de abril de 2017, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 65.900 correspondentes a R\$ 4,49059762597835 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 4,93965738857618 por lote de mil ações preferenciais, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros do exercício de 2016, pagos em 27 de abril de 2017.

19. Receitas

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas de pedágio	256.627	506.013	234.818	469.907
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	18.269	39.708	12.678	27.656
Receitas acessórias	3.752	7.753	3.426	6.981
Receita bruta	<u>278.648</u>	<u>553.474</u>	<u>250.922</u>	<u>504.544</u>
Impostos sobre receitas	(19.406)	(41.093)	(20.528)	(40.984)
Receita líquida	<u>259.242</u>	<u>512.381</u>	<u>230.394</u>	<u>463.560</u>

Notas Explicativas

20. Resultado financeiro

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(11.304)	(25.349)	(18.018)	(38.314)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.119)	(2.582)	(1.401)	(2.628)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.753	4.257	2.435	4.427
Perda com operações de derivativos	(1.006)	(21.408)	(43.684)	(83.067)
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(356)	(5.127)	(10.071)	(20.622)
Variação monetária sobre debêntures	(3.039)	(7.999)	(3.064)	(8.237)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(13.207)	(17.209)	(9.434)	(16.437)
Juros e variações monetária sobre mútuos	(1.066)	(2.359)	(1.413)	(2.800)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(570)	(1.024)	(631)	(1.190)
	<u>(29.914)</u>	<u>(78.800)</u>	<u>(85.281)</u>	<u>(168.868)</u>
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	14.789	39.156	67.654
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.381	4.648	1.601	5.926
Ganho com operações de derivativos	7.091	13.852	7.460	14.579
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	1.669	2.208	9.789	16.526
Juros e outras receitas financeiras	2.631	3.138	783	1.214
	<u>12.772</u>	<u>38.635</u>	<u>58.789</u>	<u>105.899</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(17.142)</u>	<u>(40.165)</u>	<u>(26.492)</u>	<u>(62.969)</u>

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2017			31/12/2016		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	46.310	-	-	115.172	-	-
Contas a receber	-	55.327	-	-	56.907	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.208	-	-	2.878	-
Contas a receber com operações de derivativos	36.173	-	-	32.658	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações de derivativos	(59.133)	-	-	(69.557)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(186.950)	-	(310.787)	(180.003)	-	(445.000)
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	-	(10)	-	-	(68)
Empréstimos em moeda estrangeira	(254.739)	-	-	(252.830)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(20.084)	-	-	(23.127)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.545)	-	-	(2.847)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(40.508)	-	-	(40.548)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.286)	-	-	(1.329)
	<u>(418.339)</u>	<u>58.535</u>	<u>(376.944)</u>	<u>(354.560)</u>	<u>59.785</u>	<u>(514.643)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

- **Aplicações financeiras:** São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar:** Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado:** A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 251.715 (R\$ 249.150 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,50% a.a.	109,95% do CDI	99.746
Libor de 3 meses + 2,10% a.a.	117,50% do CDI	151.969
		<u>251.715</u>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/06/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>
Debêntures	314.064	322.121	448.596	452.895

(a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Notas Explicativas

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 184.961 em 30 de junho de 2017 (R\$ 181.726 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
5a Emissão - Série 2 IPCA + 5,67% a.a	99,9% até 100% do CDI	184.961

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	46.310	115.172
Derivativos	(22.960)	(36.899)
Empréstimos em moeda estrangeira	(254.739)	(252.830)
Debêntures	(186.950)	(180.003)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional)				Valor Justo				Valores brutos contratados e liquidados				Efeito Acumulado		Resultado		
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Recebidos (Pagos)		Valores a receber/recebidos		Valores a pagar/pagos				
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016			
Posição ativa	BTC P actual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	-	-	75.000	75.000	93.804	90.398	(77.331)	(77.880)	(2.321)	(2.669)	18.197	16.308	(1.734)	(3.790)	1.634	3.357
Posição passiva	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 99,90% do CDI	-	-	75.000	75.000	93.561	90.428	(77.315)	(77.858)	(2.320)	(2.667)	17.976	16.350	(1.730)	(3.780)	1.356	3.160
Posição ativa	Merrill Lynch	26/10/2015	26/10/2017 (2)	USD + Libor 3meses + 2,50% a.a. 109,95% do CDI	30.000	30.000	99.246	97.773	100.618	100.630	(119.152)	(120.483)	(5.865)	(6.436)	-	-	(18.534)	(19.853)	(4.546)	(20.121)
Posição passiva	Bank of Tokyo	07/01/2016	07/01/2019	USD + Libor 3M + 2,10% a.a. 117,50% do CDI	45.771	45.771	151.420	149.172	155.803	154.479	(192.948)	(196.613)	(10.989)	(5.846)	-	-	(37.145)	(42.134)	(6.000)	(54.884)
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO					(22.960)	(56.899)	(17.618)	(36.173)	(21.495)	(59.133)	(69.557)	(7.556)	(68.488)							

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos trimestrais intermediários nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Riscos cambiais	(10.546)	(75.005)
Riscos de juros	<u>2.990</u>	<u>6.517</u>
	<u>(7.556)</u>	<u>(68.488)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Outubro de 2017	Aumento da cotação do USD	94.275	-	(24.936)	(49.873)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Outubro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(94.379)	-	24.965	49.931
4131 em USD	Janeiro de 2019	Aumento da cotação do USD	144.022	-	(37.992)	(75.984)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Janeiro de 2019	Diminuição da cotação do USD	(144.165)	-	38.033	76.066
Total do efeito de perda				-	<u>70</u>	<u>140</u>
Moedas em 30/06/2017:						
Dólar				3.3082	4.13525	4.9623

(1) Nos valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	29.118	(646)	(801)	(953)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	184.961	(13.157)	(14.599)	(16.041)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	284.946	(14.624)	(16.804)	(18.985)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(184.721)	13.140	14.580	16.020
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	154.660	(15.479)	(19.345)	(23.211)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	99.746	(1.226)	(1.328)	(1.431)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	118.821	(4.177)	(5.183)	(6.174)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Outubro de 2017	(99.862)	1.300	1.420	1.541
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	151.969	(5.162)	(5.644)	(6.125)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Janeiro de 2019	189.014	(22.428)	(28.088)	(33.769)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Janeiro de 2019	(152.132)	5.443	5.994	6.545
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (5)		46.296	4.841	6.054	7.267
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(52.175)</u>	<u>(63.744)</u>	<u>(75.316)</u>
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(57.016)	(69.798)	(82.583)
Efeito sobre as aplicações financeiras				4.841	6.054	7.267
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(52.175)</u>	<u>(63.744)</u>	<u>(75.316)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾						
CDI ⁽²⁾				10,14%	12,68%	15,21%
IPC-A ⁽³⁾				3,00%	3,75%	4,50%
LIBOR 3 meses ⁽⁴⁾				1,30%	1,62%	1,95%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2017, divulgada pela B3/Cetip;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE; e
- (4) Refere-se às taxas Libor de 3 meses, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE), em 30/06/2017.
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Outorga fixa	46.367	81.143	45.529	78.716

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível

Notas Explicativas

com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de junho de 2017, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2017	34.775	34.285
2018	11.592	11.244
Total	<u>46.367</u>	<u>45.529</u>

No decorrer do 1º semestre de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 34.775 sendo R\$ 17.093 em caixa e R\$ 17.682 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa (R\$ 31.305 no semestre findo em 30 de junho de 2016, sendo R\$ 14.994 em caixa e R\$ 16.311 através de encontro de contas financeiras).

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do 1º semestre de 2017 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.759, referente ao direito de outorga variável (R\$ 7.279 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

c. Compromissos com o poder concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 30 de junho de 2017 esses compromissos totalizavam R\$ 365.309 (R\$ 429.718 em 31 de dezembro de 2016) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compromisso de investimento	365.309	429.718

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 03 de março de 2017 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de agosto de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as referidas Informações Trimestrais, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017.

Barueri/SP, 09 de agosto de 2017.

SR. PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia (ITR) e com as referidas Informações Trimestrais, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2017.

Barueri/SP, 09 de agosto de 2017.

SR. PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR